



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8

Rádio e infância no semi-árido brasileiro

TARCIANA CAMPOS, IVNA BESSA

Catavento Comunicação e Educação – ONG, Universidade Federal do Ceará
~ tarcianacampos@hotmail.com ~ ivnabessa@gmail.com



Resumo:

O trabalho analisa transformações na sociedade brasileira que indicam um repensar a situação da infância. Para tanto, baseia-se em documentos resgatados durante as primeiras embarcações portuguesas com destino ao Brasil, em códigos reguladores dos então chamados “menores” e no Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação atualmente em vigor no País. A partir deste panorama histórico, analisa os programas radiofônicos “Conselhos para o futuro”, produzidos em 2006, como ações do projeto “Bom conselho a gente faz”, desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF) e ONG Catavento Comunicação e Educação, com a parceria da Rede de Radialistas Amigos e Amigas da Infância. Será apresentada ainda uma pesquisa realizada junto ao público dos programas, respondida por conselheiros tutelares de cidades do semi-árido, os quais são responsáveis pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes. No trabalho, analisa-se de que forma a tecnologia do rádio é utilizada para colocar em pauta o tratamento de crianças e adolescente como cidadãos sujeitos de direitos. A pesquisa analisa a tentativa do projeto “Bom conselho” de mudar a perspectiva do adulto como centro da sociedade e da história para a possibilidade de escuta do que crianças e adolescentes têm a dizer.

Palavras-chave:

Rádio, educação, infância, cidadania.

Infância: sob olhares adultos

É comum pesquisadores associarem a palavra “trágico” ao cotidiano vivido por crianças em várias partes do mundo e em diversas épocas. No caso brasileiro, a palavra aparece em pesquisas que resgatam desde as primeiras embarcações portuguesas vindas ao Brasil. Nas “relações de viagens” das naus, é possível acessar registros de situações vivenciadas por grumetes, pajens, órfãos portugueses, chamadas de “órfãos Del Rei”, enviadas ao Brasil para casarem-se com habitantes da colônia, e crianças embarcadas em companhia dos pais ou de algum parente¹. Embarcados, os pequenos estavam sujeitos à inanição, castigos físicos (como chibatadas), doenças ocasionadas pela falta de vitamina C (caso do escorbuto), naufrágios, afogamentos, maus-tratos e violências sexuais.

¹ O autor Fábio Pestana Ramos (2006), no texto “A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI” identifica essas quatro condições de pequenos passageiros das naus portuguesas. Sendo os grumetes responsáveis por serviços a bordo, assim como os pajens incorporados à tripulação. Segundo Ramos, a diferenciação das duas categorias estava no cotidiano menos árduo e na proximidade com oficiais e passageiros dos pajens.

Os meninos não eram ainda homens mas eram tratados como se fossem, e ao mesmo tempo eram considerados como pouco mais que animais cuja mão-de-obra deveria ser explorada enquanto durasse sua vida útil. As meninas de 12 a 16 anos não eram ainda mulheres, mas em idade considerada casadoura pela Igreja Católica, eram caçadas e cobiçadas como se o fossem. Em meio ao mundo adulto, o universo infantil não tinha espaço: as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer. Se por um lado foram poucas as crianças embarcadas nas naus quinhentistas rumo ao Brasil, por outro lado, a mão-de-obra infantil, em substituição à adulta, tornou-se indispensável à epopéia marítima (Ramos In Priore, 2006: 48).

O duro cotidiano vivido por crianças vindas de Portugal era repetido em outras embarcações, estas vindas da África. Se conseguissem sobreviver à travessia, os pequenos seriam incorporados à outra difícil condição: o sistema escravista. Porém, apesar de registradas, as transações comerciais envolvendo crianças não indicam expressividade numérica, de forma que “os principais traços demográficos do universo infantil [escravo] estavam muito mais relacionados à fecundidade das cativas e à mortalidade infantil” (Góes, Florentino In PRIORE, 2006: 179). Segundo Góes e Florentino (2006), nas áreas rurais fluminenses, um terço dos cativos falecidos tinham menos de dez anos de idade. Os pequenos que “vingavam”, além de batizados segundo a tradição católica, eram iniciados na educação pelo trabalho.

Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama. (...) O adestramento da criança também se fazia pelo suplício. Não o espetaculoso, das punições exemplares (reservadas aos pais), mas o suplício do dia-a-dia, feito de pequenas humilhações e grandes agravos (Góes, Florentino In Priore, 2006: 184, 185).

A Abolição da Escravatura chega com a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, trazendo junto com a liberdade dos escravos, uma força favorável para a inauguração do regime republicano, no ano seguinte. Neste momento da História do Brasil, a mão-de-obra imigrante passou a ser remunerada e utilizada no desenvolvimento de formas de produção com uso de máquinas e em larga escala. Eram as bases da industrialização brasileira, bastante concentrada em São Paulo. Tempos de esquecer o vergonhoso passado escravista.

No entanto, a realidade concretizou-se de forma bem diferente das perspectivas. “Veio um século no qual muitas crianças e jovens experimentaram crueldades inimagináveis. Crueldades geradas no próprio núcleo familiar, nas escolas, nas fábricas e escritórios, nos confrontos entre gangues, nos internatos ou nas ruas entre traficantes e policiais” (Pasetti In Priore, 2006: 345).

Realidade esta que passou a ser contada pelas lentes de uma imprensa agora modernizada pela industrialização.

(...) alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século [XIX] (...). Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades (Sodré, 1983: 275).

Como resultado, aumenta o número de jornais e revistas circulando nas cidades, com temas cada vez mais diversificados. A infância é um deles, de forma que ganham destaque nas páginas “os meninos desocupados”. Em 1907, o jornal São Paulo registrava:

acreditamos que uma simples ordem, emanada da repartição policial (...), dissolvendo sem o mais simples rigor os grupos de meninos desocupados, dando-lhes conselhos, impossibilitando as lutas e reprimindo o excesso de palavras e outras irregularidades e

abusos, porá facilmente o desejado termo a este grave desvio das boas normas nos nossos costumes públicos (Santos In Priore, 2006: 221).

De acordo com Edson Passeti (2006), é nesse contexto que o atendimento social vira problema de Estado que passa a interferir no campo da infância através de políticas sociais e legislação específicas. A interferência concretizou-se por meio de códigos reguladores dos chamados “menores”, prevendo especial atenção aos “abandonados, pervertidos ou em perigo de o ser”². Estes deveriam ser transformados em meninos e meninas ideais, através de métodos disciplinadores em internatos. Passeti (2006) registra: “Desde o Código de Menores de 1927 até a Política Nacional do Bem-Estar do Menor que ficou consagrada no Código de Menores de 1979 (...) foram mais de sessenta anos usando da prática de internação para crianças e jovens” (Passeti In Priore, 2006: 358).

Seja nas relações de viagens das naus com destino ao Brasil, nos inventários de escravos pertencentes a senhores, nas sucessivas redações de códigos reguladores ou em páginas de jornais e revistas, a infância aparece sob a ótica dos adultos, que deixaram como legados documentos onde a voz dos pequenos aparece em último plano. Para a historiadora Mary Del Priore (2006), “o ‘não-registrado’ mal-estar das crianças ante os adultos obrigou os últimos a repensar suas relações de responsabilidade para com a infância, originando uma nova consciência (...) que se não é hoje generalizada, já mobiliza grande parcela da população brasileira” (Priore, 2006: 14).

Mas o que teria surgido neste repensar a situação da infância? Até que ponto repensar a infância implica em mudanças culturais resultantes de mais de 500 anos de História? De que formas os adultos, sejam eles, pais, mães, trabalhadores, desempregados ou políticos, podem, de fato, escutar o que as crianças têm a dizer?

Um dos instrumentos indicadores de mudanças na área da infância é o Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor desde 1990. A Legislação surge poucos anos depois de decretado o fim da Ditadura Militar (1964 - 1984), quando em 1985 ocorre no Brasil a eleição de Tancredo Neves, através de um colégio eleitoral, e, em 1988, é promulgada nova Constituição Federal. A chamada reabertura política é antecedida por manifestações do movimento estudantil, greves de trabalhadores, campanhas pela anistia de presos políticos. Na área da criança, mobilizações sociais, além de influências internacionais na forma de declarações de direitos humanos, pressionam para a criação e implementação do Estatuto, previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 227.

(...) O reconhecimento legal dos direitos da criança e do adolescente, etapa fundamental do trabalho social de que foi alvo a questão social da criança e do adolescente, no final dos anos 1970 e na década 1980, concretizou-se pela consagração, pela CF 88, da representação social que os toma como sujeitos de direitos (...) pela primeira vez na história legislativa brasileira (Pinheiro, 2006: 368).

Entre várias normas, o Estatuto da Criança e do Adolescente define a criação dos Conselhos Tutelares. Através desses órgãos públicos, os direitos de meninos e meninas passam a ser garantidos por 5 membros do Conselho, escolhidos por meio do voto direto entre pessoas da própria comunidade, com mandato de três anos e com o dever de receber denúncias, requisitar serviços de saúde e educação, por exemplo, e contribuir na formulação de políticas públicas. Na medida, uma tentativa de criar uma ponte, acessível a qualquer pessoa, capaz de aproximar mais rapidamente crianças e adolescentes com direitos violados de um Sistema de Garantia de Direitos, composto por Ministério Público, juízes, casas abrigo entre outros.

² Termos do decreto nº 16.272, artigo 24, parágrafo 2º, de 20 de dezembro de 1923.

Porém, para que os Conselhos “possam desenvolver seu protagonismo necessitam ser plenamente conhecidos pela população, o que na realidade ainda não acontece. Daí o papel central da imprensa” (VIVARTA, 2005: 08). Além disso, fazem-se necessárias formas de comunicação atuantes em cada cidade, uma vez que a Legislação determina a obrigatoriedade da presença de pelo menos um Conselho Tutelar funcionando em cada município do Brasil.

Para a fluência da troca de informações sobre os direitos de crianças e adolescentes, uma série de pressões passa a envolver redações de impressos, rádios e TVs. O jornalista Rui Nogueira (2002) chama atenção para a necessidade de “transparência dos princípios e métodos adotados pelo jornalista para colher as informações e redigir a reportagem”, como forma de garantir “maior taxa de comunicação e maiores, também, taxas de confiança e de liberdade de reflexão do leitor” (SOUZA, 2002: 10). Além disso, o jornalista aponta lacunas nas pautas da imprensa, que não aborda:

um Brasil por denunciar que precisa de jornalistas preparados em políticas públicas, conhecedores dos meandros dos orçamentos públicos e privados das ONGs, do que é responsabilidade do Estado (presidente, governadores, prefeitos), do que pertence à mobilização social. (...) O Brasil aflito dos não-poderosos, um cotidiano cinzento vivido por anônimos, e que só vem à tona quando o escabroso predomina, é pauta por cumprir no jornalismo brasileiro (Souza, 2002: 11).

Neste sentido, vejamos uma experiência de comunicação, que se não está inserida em grandes redações de jornais, rádios FM ou cadeias de televisão, tenta estar presente nos lares, escolas ou ambientes de trabalho de pequenas cidades do interior do Ceará, localizadas no semi-árido, caracterizadas por baixos índices de desenvolvimento humano (o que indica problemas na educação, na expectativa de vida ao nascer e na distribuição da renda por cada habitante). O semi-árido brasileiro é caracterizado por possuir um clima quente e longos períodos sem chuva. Nove Estados da região Nordeste do Brasil estão localizados no Semi-árido. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas pela Infância – UNICEF, a região apresenta os piores índices de pobreza e concentração de renda de todo o país.

Porém, mesmo diante das dificuldades, no semi-árido pode-se encontrar cidades cercadas de vegetação e animais a colorir a realidade quando chove, há municípios onde alto-falantes ficam pendurados no poste para que sons reúnam a comunidade na praça pública, existem regiões onde as pessoas tentam fazer comunicação comprometida com o interesse da comunidade, de crianças e adolescentes.

2. Eficiência do rádio como forma de garantir o diálogo

Não seria um erro pensar que o rádio ainda é o meio de comunicação mais usado em cidades do semi-árido cearense? Não teriam as televisões, ligadas a antenas parabólicas tão visíveis na paisagem do interior, substituído a popularidade dos programas radiofônicos?

Segundo John D. H. Downing (2002), o rádio é um dos instrumentos de comunicação mais democráticos. O autor já constatava o papel fundamental do meio no que chamava de “mídia radical alternativa” que, para ele, é “a forma mais atuante da audiência ativa e expressa as tendências de oposição, abertas e veladas nas culturas populares”. (Downing, 2002: 33)

(...) na segunda metade do século XX, essa tecnologia [o rádio] contou com a vantagem de ser barata e, desde o rádio transmissor, fácil de transportar. Nas nações com altos índices de analfabetismo, inclusive países grandes como Índia ou Brasil, o rádio desempenhou, como é previsível, um papel mais importante que o da imprensa. (...) A acessibilidade do rádio foi crucial para sua utilização como veículo radical (...) (Downing, 2002: 243).

Facilidades técnicas, como a mobilidade e custos mais baixos, possibilitam que o rádio esteja presente em qualquer sala, mesmo que bem pequena. É o caso da rádio comunitária da cidade de Palhano, interior do Ceará, formada por microfones, caixas de som e uma pequena mesa de som, equipamentos instalados na sala da casa do radialista e que podem ser vistos assim que se abre a porta.

Além da simplicidade técnica, “o rádio é o companheiro, a presença do outro ‘presentificada’ pela voz. Ludicidade e afetividade circulam em suas ondas, marcada por uma oralidade que, como discute [Anamaria] Fadul (1984), não estaria morta em regiões como a América Latina, onde vive a tradição oral” (Matos, 2004: 70).

Não foi por acaso que o projeto “Bom Conselho a Gente Faz”, desenvolvido pela ONG Catavento Comunicação e Educação, em parceria com o Fundo das Nações Unidas pela Infância – UNICEF, escolheu o rádio como forma de trocar idéias sobre os direitos da infância e os Conselhos Tutelares.

2.1 Os programas

O projeto “Bom Conselho a Gente Faz – apoio à formação de conselheiros tutelares pelo rádio” iniciou as atividades no ano de 2004, além de funcionar nos segundos semestres de 2005 e 2006. Como atividades previstas no projeto, a produção de programas radiofônicos de 15 minutos sobre a temática Conselhos Tutelares, numa tentativa de mediar a troca de informações em cada cidade integrante do projeto. O início da produção dos programas deu-se após a aplicação de uma pesquisa sobre a situação dos Conselhos em cada cidade. A pesquisa forneceu informações sobre as temáticas demandadas em cada local e possibilitou a escolha do nome do programa: “Conselhos para o futuro”, sugestão do município de Milhã.

Os programas aproveitaram a facilidade de acesso ao rádio, os baixos custos para produção, gravação, cópias de Cds e distribuição (realizada via UNICEF), além da possibilidade de trabalhar com uma linguagem coloquial. Na produção dos roteiros, a tentativa da equipe era apresentar as informações de maneira simples, exemplificando quando possível e procurando utilizar o humor.

Na terceira fase de atividades do projeto, foram produzidos 16 programas semanais. As produções abordaram temas como trabalho infantil, AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, mortalidade infantil e violência. Outros temas foram educação e brincadeiras infantis.

Seja tratando de assuntos delicados, sejam temáticas mais leves e divertidas, como as brincadeiras da criançada, os programas sempre contavam com músicas em formato de cortinas ou BGs³, como forma de ilustrar e enriquecer as temáticas. Os programas produzidos especialmente para o Dia das Crianças, por exemplo, trouxeram diversas músicas infantis e os programas de despedida do projeto foram recheados com cantigas de roda.

A descontração também aparecia em outro gênero radiofônico, a rádio-novela⁴, de forma que a cada programa, o ouvinte poderia conferir um novo episódio da rádio-novela “Histórias pelo Sertão”. Os episódios procuraram levar o tema do programa à realidade da população do interior cearense, sem usar estereótipos ou preconceitos sobre o Sertão.

³ Cortina e BGs fazem parte das técnicas de produção radiofônicas. Conceitualmente, as cortinas devem ser utilizadas para separar dentro de um mesmo programa conteúdos diferenciados, tal como ocorre no teatro, as cortinas são utilizadas para separar um ato do outro. No rádio, são utilizados trechos de frases musicais. Daí que nos programas “Conselhos para o futuro”, a escolha das músicas exigiam uma pesquisa da equipe de produção sobre temáticas abordadas em cada programa. Os BGs ou background são os sons e músicas que servem de pano de fundo para a locução.

⁴ Outra técnica de produção radiofônica, as rádio-novelas caracterizam-se por apresentarem histórias em que episódios das vidas dos personagens são contados de forma a manter uma relação de continuidade entre um capítulo e outro. Nos programas “Conselhos para o futuro”, o foco da narrativa estava no menino Mateus, filho da conselheira tutelar Luisa e do caixeiro viajante Tião.

Outra ferramenta utilizada foi a criação de um personagem que sempre visitava os programas. O super-herói Perereca, defensor dos direitos das crianças e dos adolescentes e dos princípios da boa amizade e brincadeira, tinha hora marcada para aparecer nos programas, embora sempre chegasse de maneira atrapalhada. Nas falas do Perereca, temas mais delicados de tratar, como a redução da maioridade penal, ganham uma feição bem-humorada e infantil.

Somando-se aos produtos radiofônicos, o projeto “Bom Conselho” produziu jornais-murais, enviados às rádios parceiras e aos Conselhos Tutelares, com chamadas para os programas de rádio e informações complementares. Foram 10 edições do “Sintonia Infância” (para as emissoras de rádio) e 10 edições do “Sintonia Infância – Conselhos Tutelares” (para os conselheiros). Com uma formatação simples, papel tamanho A3 e impressão em preto e branco.

O objetivo principal do “Sintonia Infância” foi sugerir assuntos sobre a infância e adolescência para serem tratados pelos radialistas do interior do Ceará. Os jornais trouxeram também a seção “Infância na mídia”, que trazia alguns exemplos de matérias divulgadas sobre crianças e adolescentes nos principais jornais do Ceará (O Povo, Diário do Nordeste e O Estado).

Já o objetivo principal do “Sintonia Infância – Conselhos Tutelares” era mobilizar os conselheiros para ouvir ao “Conselhos para o futuro” e participar da construção dos programas, unindo-se aos radialistas tanto na troca de informações sobre crianças e adolescentes na cidade como no envio de sugestões e matérias para os programas “Conselhos para o futuro”.

Mas e a voz da infância? Houve espaço no projeto para escutá-la? Foi na tentativa de escutar o que meninos e meninas do semi-árido tinham a dizer que o “Bom conselho” previu a realização de Rodas de Conversa com a juventude. Durante a terceira fase do projeto, foram realizadas cinco rodas que envolveram um total de 61 adolescentes dos municípios cearenses de Banabuiú, Monsenhor Tabosa, Aquiraz, Paracuru e Quixadá. Na conversa, os assuntos eram variados: como vive um adolescente no semi-árido, como é a relação com os estudos e a escola, relacionamento com os pais, o que é entendido por abuso e exploração sexual, como vêm as palmadas, preconceitos raciais, o que cada um da roda deseja para o futuro.

Entre os depoimentos o registro do que pensam da adolescência e de si mesmos, a importância das brincadeiras e os sonhos: “A adolescência, além de ser uma época em que a gente mais pode aproveitar a vida, também é uma época em que a gente é muito criança ainda” (Banco de dados Catavento, 2006); “Aqui no Sertão a gente pode andar de cavalo, aqui tem campo com areia pra gente jogar de bola, andar de bicicleta, aqui é bom o açude, andar de jumento” (Banco de dados Catavento, 2006); “Meu maior sonho mesmo é entrar na Marinha e passar o resto da minha vida trabalhando. Desde pequena eu tenho esse querer muito grande de trabalhar com água, no meio do mar. E o que estou fazendo pra isso é estudar muito” (Banco de dados Catavento, 2006).

Além de indicarem temáticas a ser abordadas nos programas “Conselhos para o futuro”, trechos das rodas de conversa foram selecionados para veiculação nos programas.

3. Rede de Radialistas Amigos e Amigas da Infância – radialistas juntos por um objetivo

3.1 O porquê da formação da Rede

O projeto “Bom Conselho a Gente Faz” teve, desde o seu início, o apoio fundamental da Rede de Radialistas Amigos e Amigas da Infância. A articulação desta Rede ocorre desde 2002, quando a ONG Catavento começou a executar o projeto “Realizando sonhos, Trocando saberes: o rádio no fortalecimento das competências familiares e municipais”. A formação da Rede iniciou a partir de contatos com radialistas e emissoras interessados em inserir na programação pautas referentes a crianças e adolescentes. Desta forma, cada comunidade de cada município do interior contaria, por

meio da mediação do radialista, com informações dos acontecimentos locais referentes às crianças e adolescentes.

Foi com a parceria consolidada entre 60 emissoras em 53 municípios cearenses, que o “Bom Conselho” conseguiu trocar informações tanto produzida por jornalistas e estagiários da ONG Catavento, em Fortaleza, como produzida por radialistas do interior, contando em todos os programas com a participação da população e dos conselheiros tutelares.

Com a Rede de Radialistas, além da difusão da informação ter sido efetivada, o padrão da comunicação de via única, do emissor para o receptor, pôde ser quebrado. Os radialistas parceiros recebem nas emissoras os programas “Conselhos para o futuro” gravado em um CD. Porém o processo não é de simples recepção de um programa pronto. Durante toda a produção dos roteiros radiofônicos, os radialistas são incentivados a participar ativamente dos programas: produzindo reportagens, enquetes ou outros gêneros radiofônicos que abordem os direitos da criança e do adolescente.

Uma forma de promover a participação dos radialistas foi a implantação de um concurso, realizado durante as três fases do projeto. O concurso foi uma forma de fazer com que os comunicadores passassem a se interessar, cada vez mais, pela produção de matérias sobre a infância do município. A matéria vencedora daria ao radialista um prêmio e, além disso, o reconhecimento de ser um atuante “radialista amigo da infância”.

3.2. Funcionamento da Rede

Ao longo das atividades do projeto “Bom conselho”, contatos com radialistas da Rede indicaram alguns problemas: rádios deixaram de funcionar ou foram fechadas por conta de fiscalização, não articulação entre os funcionários da rádio para a veiculação dos programas, não veiculação por tratar-se de um programa de “cunho exclusivamente social”, que não envolvia trocas comerciais. No entanto, foram vários os radialistas que se identificaram com a proposta do projeto, passando não só a veicular os programas “Conselhos para o futuro”, como também a convidar pessoas da comunidade e conselheiros tutelares para debates na rádio, além de produzir matérias sobre a infância.

O que começou com ligações telefônicas foi solidificado ao longo das três fases do projeto. Os radialistas, aos poucos, deixaram de ser apenas destinatários dos CDs dos programas, que eram enviados semanalmente, para virarem produtores.

Na terceira fase do “Bom Conselho”, encerrada no início de 2007, por exemplo, os programas “Conselhos para o Futuro” puderam contar com matérias produzidas pelos radialistas sobre temas como preconceito racial, redução da maioria penal e teatro de rua.

O vencedor do “3º Concurso da Rede de Radialistas Amigos e Amigas da Infância” foi o radialista Teixeira Júnior, da cidade de Itatira. Teixeira ganhou o concurso não apenas pela qualidade das matérias enviadas, mas pela participação contínua nos programas. Ele recebeu o prêmio (um aparelho de MP3 com gravador digital, que certamente será útil no dia-a-dia do radialista) e o certificado de vencedor do concurso na mesma cerimônia que concedeu o Selo UNICEF⁵ edição de 2006 ao município de Itatira. A festa reuniu boa parte da população, que comemorava a atenção dada aos direitos da criança e do adolescente pela comunidade e órgãos públicos do município.

O funcionamento da Rede possibilita um caminho de mão dupla: conta não só com a atuação dos radialistas, como também dos conselheiros tutelares. Depoimento dado em entrevista para a

⁵ O Selo UNICEF Município Aprovado é um projeto de mobilização social pela garantia dos direitos da criança e do adolescente coordenado pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância - UNICEF. O Selo UNICEF é uma premiação que não acarreta benefícios financeiros, mas uma certificação que conota reconhecimento internacional à cidade no que se refere a indicadores de qualidade de vida para a infância, tais como meio ambiente e educação.

equipe da ONG Catavento pelo ex-conselheiro de Palhano, Valmir Gomes, relata que o rádio funciona na cidade como um mobilizador social, tanto que no dia 29 de abril de 2007, dia das eleições para escolha do novo quadro do Conselho, foram inseridas chamadas no rádio durante todo o dia para a convocação da população às urnas⁶, enquanto nos alto-falantes pendurados no poste da Igreja Matriz do município eram veiculados o programa “Conselhos para o futuro” sobre a temática da votação para membros do Conselho Tutelar.

Outro depoimento vem da conselheira tutelar de Bela Cruz, Ana Kelly Freitas Araújo, que registra em pesquisa realizada no fim do ano 2006 para avaliação dos programas junto ao Conselho Tutelar, que:

Aqui em Bela Cruz, todos os conselheiros do mandato anterior, do qual eu fazia parte, participaram do programa na entrevista e isso é bom porque vocês colhem as informações na fonte, onde mora o problema e buscam soluções. Mostram a realidade sem dramatização ou maquiagem como a maioria dos programas que apenas mostram o lado bom, esquecendo da dura realidade das coisas. Compreendi a importância do programa, pois, em alguns casos, as pessoas debateram comigo que haviam ouvido aquilo no rádio e percebi a importância da informação entrando naqueles lares (Banco de Dados ONG Catavento Comunicação e Educação, 2006)

A mesma pesquisa traz ainda um depoimento do conselheiro tutelar de São Gonçalo do Amarante, Paulo Roberto Sousa, que avalia o estilo dos programas ao dizer do que mais gosta: “A maneira fácil de abordar os temas com linguagem simples, comunicação alegre e bem fundamentadas, a participação do Perereca e ainda as entrevistas” (Banco de dados da ONG Catavento, 2006).

A pesquisa realizada junto aos conselheiros e conselheiras tutelares participantes do projeto possibilitam avaliar as possibilidades do rádio em cidades do interior e para a abordagem de temáticas como a infância. No entanto, como chama atenção a autora Catarina Farias de Oliveira (2004) menos importante que a “compreensão apenas de como as pessoas interpretam o que é dito pelos meios de comunicação”, é fundamental “saber como essas informações se mesclam em outros espaços e momentos da vida cultural e social dos receptores” (Oliveira, 2004: 90).

Neste trabalho, mostrou-se a dinâmica de registro da situação da infância diante dos meios de comunicação disponíveis a cada época, sejam eles “relações de naus” ou jornais da imprensa. Nos documentos impressos, e, mais tarde, com a industrialização, nas cadeias de rádio e televisão, os pequenos apareceram em dificuldades nas naus vindas ao Brasil, como escravos lutando pela sobrevivência, meninos-homens e meninas-mulheres antes do tempo, obrigados a trabalhar no meio rural ou em fábricas. Silenciosos. Ao relatar a experiência do projeto “Bom conselho a gente faz”, o trabalho busca exemplificar uma forma mais alegre e dialógica de tratar a infância através dos meios de comunicação, forma esta só possível por meio da participação de adultos responsáveis pela garantia de direitos (conselheiros, comunicadores, famílias) e das crianças e adolescentes, que dizem coisas belas como esta que o José, de 16 anos, vai dizer:

Já não sou mais aquele José do poema de Carlos Drummond de Andrade. Agora eu tenho discurso, tenho carinho por mim mesmo. A bondade veio, assim como a utopia: tudo é realidade, tudo é possível. Tudo pode na bondade e na ternura daqueles que acreditaram em mim
(Causos do ECA, 2006: 116)

⁶ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deve ser definido por Lei municipal. O voto da população, porém, não é obrigatório.

Referências bibliográficas

- Causos do ECA: histórias em retrato. O estatuto da criança e do adolescente no cotidiano. (2006). São Paulo: Fundação Telefônica.
- Downing, J. D. H. (2002). *Mídia Radical – Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais*. São Paulo: Senac.
- Florentino, M. & Góes, J. R. (2006). 'Crianças escravas, crianças dos escravos' in Priore, Mary Del (2006). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp, 177-191.
- Matos, T. C. F. (2004) 'Notas sobre a comunicação popular: é possível falar de memória no rádio?' in Bezerra, J. A. B., Oliveira, C. F. & Ribeiro, R. M. B. (eds.) (2004) *Saberes populares e práticas educativas*. Fortaleza: Editora UFC, pp, 69-87.
- Oliveira, C. T. F. de. (2004). 'O receptor nas rádios comunitárias' in Bezerra, J. A. B., Oliveira, C. F. & Ribeiro, R. M. B. (eds.) (2004) *Saberes populares e práticas educativas*. Fortaleza: Editora UFC, pp, 88-111.
- Passetti, E. (2006) 'Crianças carentes e políticas públicas' in Priore, Mary Del. (2006). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp, 347-375.
- Pinheiro, Â. (2006). *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: Editora UFC.
- Ramos, F. P. (2006). 'A história Trágico-marítima das crianças e nas embarcações portuguesas do século XIV' in Priore, Mary Del (2006). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp, 19-54.
- Santos, M. A. C. dos. (2006). 'Criança e criminalidade no início do século' in Priore, Mary Del. (2006). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp, 210-230.
- Sodré, N. W. (1983). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes.
- Souza, C. A. de. (2003). *O silêncio do lar – violência doméstica contra criança e adolescentes*. Mogi das cruzeiras: UMC.
- Veet, V. (2005). *Ouvindo conselhos: democracia participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileiras*. São Paulo: Cortez.

Nota: Este trabalho foi apresentado no XII Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional – Regiocom 2007 na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil. O texto passou por adaptações para a apresentação no 5º Sopcom – Comunicação e Cidadania, as quais priorizaram a explicação de termos peculiares ao Brasil.